

# A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: caracterizando a identidade profissional

Caroline Aparecida Silva SANTANA<sup>1</sup>  
Carolina Aparecida SILVA<sup>2</sup>  
Orlando José RESENDE<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Bacharel em Serviço Social pela Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR).

E-mail: carolinesantana18@hotmail.com

<sup>2</sup>Bacharel em Serviço Social pela Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR).

E-mail: carolinassocial@hotmail.com

<sup>3</sup>Orientador e Ms. Professor do curso de Serviço Social na Universidade vale do Rio Verde (UNINCOR).

E-mail: prof.orlando.resende@unincor.edu.br

## RESUMO

A partir da realidade contemporânea, a qual emerge as mazelas da questão social, oriundas da contraditória relação trabalho x capital, o Assistente Social intervém por meio de sua instrumentalidade técnica-operativa, teórico-metodológica e ético-política adquirida no âmbito acadêmico. Assim, visa-se observar e averiguar como é implementada a formação acadêmica em Serviço Social, desdobrando as contradições, reflexos e desafios, bem como constatar se a estrutura curricular e metodologia de ensino são suficientes e estão em conformidade com o Projeto Ético-Político da profissão. Neste sentido, contribuir para que o Assistente Social tenha consciência dos meandros putrefatos do capitalismo que permeiam as suas intervenções, adquirindo postura crítica e propositiva para seu enfrentamento, legitimando os anseios da categoria. Através de uma abordagem qualitativa e análise teórico-empírica, pretende-se focalizar os estudos na aplicação de dois questionários para sujeitos que se encontram imersos intrinsecamente nesta relação acadêmica, os quais se configuram em docentes do curso de Serviço Social, bem como em profissionais da práxis cotidiana vinculados a política de Assistência Social, os quais podem desvelar como ocorre a articulação entre teoria x prática, ou seja, o ser e fazer. Portanto, o presente artigo traz a caracterização da identidade profissional, sob a perspectiva da formação acadêmica, considerando a subjetividade imersa nesta esfera educacional para além das ideologias do senso comum.

**Palavras-chave:** Formação; Serviço Social; Identidade Profissional.

## INTRODUÇÃO

A partir da realidade contemporânea, a qual emerge as mazelas da questão social, oriundas da contraditória

relação trabalho x capital, o Assistente Social intervém por meio de sua instrumentalidade técnica-operativa, teórico-metodológica e ético-política adquirida no âmbito acadêmico.

Estes embasamentos constituem-se fundamentais e permanecem em constante construção, uma vez que o conhecimento não é pronto e acabado, mas se refaz cotidianamente.

Nesta perspectiva, por meio da experiência vivenciada enquanto discentes do curso de Serviço Social, houve-se a necessidade de compreender mais profundamente como ocorre o processo de formação acadêmica, elucidando características inerentes à profissão que corroboram significativamente para a práxis.

Assim, visa-se observar e averiguar como é implementada a formação acadêmica em Serviço Social, desdobrando as contradições, reflexos e desafios, bem como constatar se a estrutura metodológica e diretriz de ensino estão em conformidade com as necessidades oriundas da realidade social. Neste sentido, contribuir para que o Assistente Social tenha consciência dos meandros putrefatos do capitalismo que permeiam as suas intervenções, adquirindo postura crítica e propositiva para seu enfrentamento, legitimando os anseios da categoria.

Através de uma abordagem qualitativa e análise teórico-empírica, pretende-se focalizar os estudos na aplicação de dois questionários para sujeitos que se encontram imersos intrinsecamente nesta relação acadêmica, os quais se

configuram em docentes do curso de Serviço Social, bem como em profissionais da práxis cotidiana vinculados a política de Assistência Social, os quais podem desvelar como ocorre a articulação entre teoria x prática, ou seja, o ser e fazer. O objeto de estudo concerne nos resultados oriundos da aplicabilidade dos questionários entre estes, realizando-se a apreciação e análise crítica.

Neste contexto, também foram usufruídos acervos bibliográficos de suma relevância para o Serviço Social, como Vicente de Paula Faleiros e Marilda Vilela Yamamoto, bem como as perspectivas do célebre educador Paulo Freire. Tais concepções subsidiam e embasam a elaboração da pesquisa, fornecendo informações essenciais que contribuirão para somar credibilidade à pesquisa.

O artigo encontra-se estruturado em quatro capítulos e seus respectivos subtítulos, os quais trazem de forma nítida e simplista a problemática que aflige nossos pensamentos. O primeiro capítulo integraliza a educação na perspectiva social como processo inerente ao homem, que ao manter relações sociais, necessita estar em constante aprimoramento e produção de conhecimentos para adaptar-se às transformações societárias.

A partir da circunscrição histórica, é possível traçar como a educação brasileira e a formação em Serviço Social

vem sendo efetivada.

O segundo capítulo contextualiza brevemente a conjuntura sócio-histórica em que o Serviço Social se configurou no Brasil, perpassando pelo Movimento de Reconceituação, Organização e Projeto Profissional de Ruptura.

O terceiro capítulo consiste na caracterização da identidade profissional e pesquisa empírica, sendo consolidada a análise dos questionários pautada na metodologia e diretrizes de ensino que fundamentam o curso de Serviço Social, verificando se estão em consonância com o que emana da práxis.

O quarto capítulo abrange as considerações finais respectivas à execução da pesquisa, as quais possibilitará responder as argumentações propostas anteriormente sobre a formação acadêmica em Serviço Social.

Portanto, o presente artigo traz a caracterização da identidade profissional, sob a perspectiva da formação acadêmica, considerando a subjetividade imersa nesta esfera educacional para além das ideologias do senso comum.

## **2 A EDUCAÇÃO PARA UMA PERSPECTIVA SOCIAL**

Os ensinamentos perpassam a esfera familiar e comunitária, inserindo-se nos distintos espaços societários, tornando-se ferramentas indispensáveis para a formação cidadã individual e coletiva, bem como para construção do sujeito histórico interventor no desenvolvimento da práxis cotidiana.

Contudo, observa-se que a produção e reprodução de conhecimento configuraram-se intrínseca a relações sociais, econômicas e políticas, legitimando no bojo da sociedade por meio dos detentores do poder, a dominação de ideologias que lhes são pertinentes.

Neste contexto, a educação que primordialmente possui o caráter edificador e emancipador do ser humano, desvela-se imbuída de meandros antagônicos, os quais usufruem da alienação da maioria em detrimento de privilégios para minoria. Ou seja, sua fenomenologia é camuflada e, transfigurada num processo de limitação do pensar e agir, inibindo a conscientização e criticidade humana.

Portanto, para uma melhor compreensão da perspectiva educacional, faz-se necessário um breve retrospecto histórico, focalizando-se o âmbito nacional.

## 2.1 História da Educação no Brasil

Através de uma linha histórica sobre a educação no Brasil, é perceptível que esta se circunscreveu inicialmente através do monopólio jesuítico e, posteriormente foi se configurando de forma antagônica perante os meandros econômicos e políticos, os quais almejam somente poder e lucratividade. Na tentativa de acompanhar os avanços e desenvolvimento societários, o ensino conduziu-se precário, privilegiando apenas a elite e, marginalizando a grande massa proletária. Os escravos, negros, deficientes, imigrantes, pobres e mulheres por longo tempo permaneceram distante do processo de ensino, sendo direcionados para trabalhos e atividades condizentes com sua natureza social. Apenas recentemente, em decorrência da evolução industrial crescente no mundo, têm-se havido maior empenho em universalizar a educação, pois um país para ser considerado desenvolvido necessita não meramente de bens econômicos, mas também de progressos nos seus distintos âmbitos.

Assim, mesmo com diversas tentativas de reformas e estruturação de uma educação básica, o Estado mal conseguia estabelecer o elementar, ou seja, ler e escrever, o que deixou resquícios pragmáticos na contemporaneidade.

Atualmente, além do alto índice de analfabetismo, os brasileiros vivenciam um

cenário imerso de uma cultura reprodutora de alienações e manipulações. A Constituição Federal de 1988 trouxe imprescindíveis conquistas para a educação em seu texto, mas na práxis cotidiana sua implementação não se efetiva.

Como discorre Freire (1987, p. 34), é imprescindível estabelecer uma educação dialética, na qual o sujeito seja capaz de transcender os meandros e ideologias dos opressores para emancipar-se ao conhecimento, realizando a:

[...] pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (grifos do autor).

Deste modo, observa-se que faltam investimentos e políticas públicas que almejem de fato uma educação qualitativa para os cidadãos brasileiros, com um mínimo de dignidade e respeito à condição humana de poder adquirir o conhecimento e interpretar a realidade, sem critérios seletivistas e discriminação, mas integralizando-os como sujeitos de direitos.

## 2.2 A Educação em Serviço Social no Brasil

No Brasil, pautando-se na doutrina religiosa com ênfase na caridade, paternalismo e subserviência, a profissão emerge na década de 30 perante as manifestações do proletariado e movimento sociais reivindicando melhores condições de vida, sofrendo influências européias.

O Serviço Social difundiu-se pelo país, a partir de ramificações da Ação Social Católica, espaço em que católicos leigos podiam participar de ações sociais por meio de distintos movimentos conexos com os princípios católicos.

Em 1932 é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em São Paulo, o qual possuía objetivo de contribuir para a divulgação dos princípios da ordem social cristã, fundamentando a ação da gênese de trabalhadoras sociais. Sua oficialização ocorre através do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, realizado pelas Cônegas de Santo Agostinho, o qual contou com a presença da belga Mlle. Adèle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxellas. Ao retornar para seu país, Mlle. Adèle foi acompanhada pelas brasileiras Maria Kiehl e Albertina Ramos, sendo as pioneiras em receberem formação na área, na Escola de Serviço Social de Bruxelas.

O curso tinha caráter feminista, voltado para moças formadas nos estabelecimentos religiosos, ou representativas das famílias da classe dominante, suas atividades voltavam-se para a formação técnica especializada e replicava a difusão da doutrina social cristã. Em 1936 e 1937, respectivamente em São Paulo e Rio de Janeiro surgem as primeiras Escolas de Serviço Social, pois devido à demanda oriunda da questão social têm-se a necessidade de habilitar profissionais de forma técnica e especializada para realizar a intervenção assistencial.

Tal perspectiva permeia a vida dos indivíduos, como salienta Iamamoto e Carvalho (2008): “O capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada.”

Na década de 40 são dispersas por todas as capitais brasileiras distintas escolas de Serviço Social, sendo que em 1946 foi fundada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), a qual incorporou a Escola de Serviço Social de São Paulo constituindo-se numa iniciativa primária do governo federal em prol da formação de Assistentes Sociais. No âmbito da metodologia e técnicas não se averigua por parte dos próprios Assistentes Sociais um trabalho de teorização e adaptação à realidade

brasileira, pois recebiam influência das teorias européias e norte-americanas.

Nesta conjuntura, o campo teórico em Serviço Social dividia-se em quatro enfoques primordiais: científico; preparação técnica; formação moral e formação doutrinária.

O Serviço Social somente ganha um currículo mínimo a partir do Decreto nº 35.311 de 8 de abril de 1954. A partir dos anos 60, o Serviço Social em constante expansão, sofre significativas transformações em decorrência do desenvolvimento, seu trabalho é solicitado em distintas instituições.

Observa-se, o desvelamento das contradições e alienações impostas pelo capitalismo, fazendo surgir à consciência social, crítica e política da realidade e, não meramente uma verdade inegável e imutável da totalidade.

Na busca por modernização, entre outras importantes conquistas, destaca-se em 1996, posteriormente a promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a ABESS formulou e encaminhou proposições de Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social ao Ministério da Educação. Foi aprovada no mesmo ano em 8 de novembro, definindo princípios norteadores da formação em Serviço Social, com exigência de um currículo mínimo.

### **3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Sucintamente, o Serviço Social surgiu como desígnio do desenvolvimentismo em distintos momentos históricos, circunscrevendo uma trajetória intrinsecamente mesclada aos anseios religiosos católicos, de forma caritativa e assistencialista. Desponta, inicialmente, em países como Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Portugal, França, Brasil, etc.

Nesta conjuntura, emerge das transformações societárias a expansão do comércio e posteriormente a consolidação do industrialismo, fazendo ascender à burguesia, uma classe privilegiada detentora do poder e dos meios de produção. Há como mazela da dilatação capitalista, a origem de contradições e desigualdades sociais, produzindo lucratividade para poucos e pauperismo para muitos.

Deste modo, para controlar a antagonica relação entre capital x trabalho e, suprir a insuficiência do Estado, surge à necessidade de um profissional com ações voltadas para o assistencialismo. Assim, aliada ao Estado e burguesia, a Igreja Católica por meio de seus agentes inicia práticas sociais imediatistas, segregadas da realidade social e paternalistas.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. (IAMAMOTO, 2008, p. 20)

A partir da década de 40 torna-se nítida a expansão industrial, ocasionando diversas expressões da questão social, o Estado através de algumas reformas recebe o apoio de grandes instituições sociais e previdenciárias, bem como implementa algumas legislações sociais de cunho paternalista, clientelistas e repressivas. Articulada aos seus anseios encontrava-se organizações representantes da burguesia, perpetuando a exploração da força do trabalho camuflada às práticas sociais.

Esta nova configuração, além de projetar novos espaços de atuação, faz com que o assistente social torne-se uma categoria assalariada, recrutando seus membros nos setores médios e, não apenas vinculados à religiosidade cristã. Há sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, adentrando-se espaços diversos como empresas e medicina (saúde mental). Ou seja, “[...] Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de

setores empresariais”. (IAMAMOTO, 2008, p. 31).

Outras conquistas que se somam estão no desenvolvimento do 1º Código de Ética Profissional e, na lei que institui a graduação em Serviço Social. Bem como, a regulamentação da profissão através Lei nº 3.252 em 1957, que apenas foi substituída em 1993 pela Lei nº 8.662.

Estas mudanças trouxeram conseqüências profundas para a identidade e prática profissional dos assistentes sociais, pois a atividades exercidas pela categoria mesclou-se com o trabalho militante atrelada aos movimentos sociais e partidos políticos, relevante para uns e aos demais uma interconexão significativa.

Deste modo, a expansão dos serviços sociais no Século XX está ligada com o desenvolvimento da noção de cidadania no qual é designada a participação de todos os indivíduos na sociedade, tendo como contrapartida o confronto entre classes distintas, que vivem em uma relação desigual tanto política quanto econômica.

### **3.1 Movimento de Reconceituação**

O Movimento de Reconceituação, processo de renovação crítica que se inicia em meados da década de 1960, percorrendo as décadas de 80 a 90 e, sofrendo forte

influência Latino Americana, considerando a conjuntura e a especificidade sob formas diversas e alinear, da realidade social de cada país.

Configura-se num desenvolvimento de propostas da ação profissional correspondentes com as especificidades do contexto, com um amplo questionamento e reflexão crítica da profissão. Assim, expressa-se:

O Serviço Social, sob os influxos dessa atmosfera de *predisposição à mudança*, desencadeia em toda a América Latina um amplo movimento de renovação profissional em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico/operativo e ideopolítico. O Movimento de Reconceituação impõe aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores e das camadas populares usuárias das políticas públicas. É no bojo desse movimento e em seus desdobramentos históricos, que se definem e se confrontam diferentes tendências na profissão, que incidem nos seus fundamentos teóricos metodológicos e na direção social de sua intervenção. (MARTINELLI; RAICHELIS; YASBEK, 2008, p. 16). (grifos das autoras).

No Brasil, este momento de renovação circunscreveu-se imerso num cenário repressivo, a Ditadura Militar, encontrando fragilidades e bloqueios para sua consolidação. Contudo, com o crescente despontamento dos movimentos sociais, logo encontrou estrutura e perspectivas. Observa-se que o delineamento da renovação, iniciou-

se com o Documento de Araxá (1967), e foi consolidando-se com os demais elaborados em Teresópolis (1970) e Sumaré (1978). Estes foram implementados através seminários promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais- CBCISS e, proporcionaram significativas contribuições para romper com o tradicionalismo conservador do Serviço Social e instituir a busca pela modernização.

Assim, por meio desse caráter restaurador da profissão, vai legitimando-se a construção de uma nova ordem societária, instrumentalizando práticas condizentes com o que emana do contexto e das reivindicações proletárias. Ou seja, há o início de um reordenamento do ser, pensar e fazer do Serviço Social, reestruturando suas ideologias perante as ordens capitalistas, para se contrapor a esta.

### **3.2 Organização e Projeto Profissional de Ruptura**

As décadas de 80 e 90 consistem em um processo de amadurecimento, trazendo explícita a vontade dos profissionais por romper com o conservadorismo, emergindo um Projeto de Ruptura. Em imediato a categoria profissional não apóia, de fora, mas visa a transformação do sujeito ativo, nas demais organizações, movimentos populares

e na academia, enquanto participante da construção do novo projeto.

Perante tantos debates e discussões no delinear do desenvolvimento societário, vão sendo concretizadas conquistas como Constituição Federal de 1988; Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social nº 8.662/93; Currículo Mínimo e aprovação de um novo Código de Ética em 1993, no qual se enfatiza os valores fundamentais dos seres humanos como liberdade, justiça social e equidade. Apontando também a necessidade viabilizar a cidadania, democracia, garantir o pluralismo e a opção por um projeto profissional atrelado a uma nova ordem societária, sem a dominação/exploração de uma classe sobre a outra.

Portanto, neste período têm-se o deslumbramento de contínuas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, havendo reforma no Estado e reordenamento da produtividade, nova enfoque da questão social e assim, demandas diferenciadas chegam aos profissionais, bem como modificação nas relações entre público e privado.

Estas proposições reflexivas e críticas dos profissionais de Serviço Social resulta na produção de um novo projeto ético-político, com perspectiva de universalização dos acessos aos bens e serviços públicos e/ou

sociais. Assim, observa-se que há o aperfeiçoamento na formação intelectual.

#### **4 CARACTERIZANDO A IDENTIDADE PROFISSIONAL**

O Serviço Social contemporâneo é fruto de um esforço coletivo da categoria em prol de desmistificar os pragmatismos impostos pelo sistema capitalista no bojo da profissão, os resquícios do passado se fazem presente e, faz-se imprescindível usufruir dos aparatos teórico-metodológicos, técnico-operativos e éticos políticos para contrapor-se a estes.

Esta conquista também resulta do aprimoramento do saber profissional, por meio de sua formação sócio-histórica. No âmbito acadêmico houve distintas transformações em prol de sustentabilizar as práticas e intervenções, a constante busca para apreender e produzir conhecimento.

Neste sentido, observa-se por meio da historicidade, que o Serviço Social antigamente possuía uma identidade atrelada aos interesses econômicos e ideológicos da classe dominante, não havendo coerência com a práxis, mas sim a reprodução das relações sociais conforme o sistema capitalista.

Nesse intuito, Martinelli (2000, p.124) discorre:

Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade. (grifos da autora).

Imersos nesta lógica, por vezes os profissionais foram institucionalizados, burocratizados e a ação do Serviço Social tornou-se mercantil, sendo o trabalho precarizado, sem perspectivas evidentes e posicionamento crítico. A hegemonia alienizante permeava a consciência dos assistentes sociais, ofertando-lhes obstáculos e desafios para estabelecer uma autêntica consciência política e social.

Assim, é significativo delinear o processo de formação em Serviço Social, o qual contribui para a construção da identidade profissional crítica e propositiva, proporcionando subsídios e fundamentações acerca do ensino e diretrizes norteadoras, visando ofertar concepções e perspectivas para uma intervenção eficaz perante as ideologias do sistema vigente.

#### **4.1 A Formação em Serviço Social**

No Brasil a ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social) é a responsável pelo avanço do ensino em Serviço Social, possibilitando uma formação

profissional diversificada e elaborando instrumentos dinâmicos capazes de atender às expectativas propostas.

O Serviço Social conseguiu após muitas discussões e debates entre academias, professores, estudantes e profissionais, estabelecer em sua composição enquanto curso de graduação, um currículo mínimo aprovado em 1996. Sua formulação está em conformidade com as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), possuindo pressupostos, diretrizes, metas e núcleos que organizam, orientam, coordenam e subsidiam o ensino curricular. A partir deste momento, distingue-se “pensar o exercício profissional como prática e pensá-lo como processo de trabalho”. (CEDEPSS/ABESS, 1996).

Deste modo, ressaltam-se as diretrizes que circunscrevem a profissão a partir deste currículo, são elas: capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Estas delineam a compreensão crítica da conjuntura sócio-histórica concomitantemente ao Serviço Social; desvelando especificidades de forma investigativa sobre o desenvolvimento societário e o sistema capitalista; construindo o significado da vida social e como intervir em seu bojo, perante as demandas oriundas da questão social e; execução das competências e

habilidades em consonância as legislações da profissão.

Assim, existe um conjunto de saberes intrínsecos denominados Núcleos de Fundamentação, os quais se complementam entre si em níveis distintos de apreensão. O tripé constitui-se em: Núcleo fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Outro ponto importante a enfatizar, está nas atividades que são obrigatórias dentro do curso de Serviço Social: o Estágio Supervisionado que possibilita o contato direto dos estudantes com a práxis, atrelada ao mercado de trabalho e; o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual é resultante de todo o processo de ensino-aprendizagem usufruído e acolhido, de forma a materializar seu saber e consolidar a formação profissional.

#### **4.2 Desafios e Contradições para a Formação Profissional**

- *Mercantilização e precarização do ensino;*

Como já mencionado, o Serviço Social apesar de lutar contra as sinuosidades capitalistas, suas raízes estão calcadas neste

sistema e o tradicionalismo conservador ainda se faz presente na prática profissional. Enquanto profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, faz parte desta lógica mercantil. Assim, faz-se inerente a sua atuação uma consciência crítica, que perpassa as ideologias do senso comum impregnado à profissão.

Observa-se assim, que a educação tornou-se banalizada, não recebendo os investimentos necessários para a formação de sujeitos questionadores e propositivos, obtendo-se frente às Universidades docentes sobrecarregados, possuidores de outros cargos devido à superexploração capitalista, que exige produtividade e proporciona remuneração desvalorizada.

Outro fator preponderante incide na privatização do ensino, concebendo a maior parte das instituições, as quais recebem apoio do governo a partir de políticas públicas compensatórias, elaborando e aderindo programas que “falsamente” atende a população excluída, fornecendo em contrapartida isenções fiscais a estas.

Tal fato reflete negativamente na questão do ensino, havendo falhas, precarização e diminuição na qualidade dos serviços prestados aos acadêmicos, bem como falta acompanhamento apropriado dos estágios. Assim, observa-se que os resquícios

desta problemática são imbuídos no delineamento da identidade profissional, metamorfoseando-se num perfil deficitário.

- *O ensino a distancia (Ead), estendido indiscriminadamente para todos os níveis;*

Este recurso e/ou instrumental muito usufruído como viés para inclusão social, tem originado controvérsias, pois sua consolidação fornece uma modificação radical no perfil da formação profissional no Brasil, bem como é ilegítima com os princípios e diretrizes defendidos pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) entre ensino, pesquisa e extensão.

Neste contexto, averigua-se que além de “mecanizar” o conhecimento sem a reciprocidade dialética e humana, implica mudanças no mercado de trabalho, coloca em contradição o projeto ético-político e, desvincula a essência profissional da proximidade do saber interdisciplinar, inovador e dinâmico. Não há acompanhamento efetivo das atividades propostas, afastando os acadêmicos da interlocução entre teoria e objeto de intervenção: a questão social.

Após esta análise, é perceptível a luta da categoria em Serviço Social através de seus órgãos representativos por dismantelar estas alienações tão massante na

contemporaneidade.

Portanto, a suma relevância em estabelecer presencialmente o aprendizado em Serviço Social, para que na práxis, o profissional seja capaz de articular estratégias e técnicas coerentes ao que emana da realidade social. Pois assim, não irá despenhar-se as ideologias do capitalismo sem propósito reflexivo e crítico sobre sua condição.

O Serviço Social constitui-se numa profissão essencialmente humana e, como tal não há como desenvolver um ensino à distância que seja capaz de abarcar todas as mazelas oriundas da questão social, pois senão as intervenções tornam-se “frias”, padronizadas, institucionalizadas, burocráticas, etc. E no atual estágio da vida social, não há lugar para os estigmas perturbadores do passado, mas sim para uma prática contundente a participação coletiva e à emancipação dos cidadãos.

## **5 Discussão**

Partindo-se de uma abordagem qualitativa, promoveram-se ações investigativas com focalização direta entre docentes do curso de Serviço Social e Assistentes Sociais vinculados a prática da política de assistência social. Assim, houve uma interatividade entre pesquisadores e sujeitos de estudos.

Procedeu-se a pesquisa exploratória com aplicabilidade de dois questionários distintos no mês de outubro e novembro, pois houve dificuldades em encontrar profissionais que estivessem comprometidos eticamente para a consolidação da mesma.

O método delineado consiste no dialético, para investigar e interpretar a realidade da formação profissional no curso de Serviço Social, bem como usufruto teoricamente de referenciais estimáveis, já explicitados, para subsidiar as argumentações.

Através da coleta e análise dos dados, foi possível observar com criticidade que a formação em Serviço Social nunca acaba, mas renova-se constantemente. Tal concepção se afirma na preponderância sócio-histórica que permeia a gênese da profissão e, como desvelado reflete-se na contemporaneidade.

O Serviço Social desdobrou-se como profissão sob a égide do capital articulado ao Estado como forma de controle social, engajando-se por meio do conservadorismo das ações assistencialistas, paternalistas, clientelistas e caritativas executadas pela Igreja Católica. No delinear do desenvolvimentismo societário, a categoria foi adquirindo espaço e observando as necessidades sociais emergidas da realidade, posicionando-se em prol da classe

subalterna (proletariado). Este acontecimento foi fruto da formação de uma consciência crítica e social, delineada após muitos movimentos, debates e reivindicações.

Nesta perspectiva, os resultados obtidos com a pesquisa demonstram constantemente, por meio das respostas das entrevistadas, o caráter de acompanhamento das transformações, pois é a partir da realidade concreta que o objeto de intervenção profissional emana: expressões da questão social. Como afirma Yamamoto (2011, p. 52):

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social.

Deste modo, também é nítido que como profissão renovadora, faz-se imprescindível não estagnar no tempo, mas aprofundar os estudos e aprimorar o saber, para circunscrever uma instrumentalidade coerente com a práxis de forma dialética, dinâmica e inovadora. É primordial consolidar os embasamentos adquiridos durante a formação, mas é inerente a esta percepção, articular meios para lapidar o conhecido e agregar novos valores, princípios,

cultura, entre outros. Iamamoto (2011, p. 145) discorre:

A afirmação de um perfil profissional propositivo requer um profissional do novo tipo, comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que residem no cenário social contemporâneo em que ‘tudo que é sólido, desmancha do ar’. Profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho – ali presentes como possibilidades – transformando-as em alternativas profissionais. (grifos da autora).

Enquanto categoria imersa nos meandros capitalistas averigua-se que os profissionais reconhecem e conscientizam-se sobre tal ideologia, contraditoriamente trabalham para produzir riqueza e, ao mesmo tempo, para minimizar e/ou erradicar as mazelas oriundas desta, as quais afetam a maioria em privilégio da minoria detentora do poder. Mas, evidenciam que sabem concretizar e priorizar a essencialidade do Serviço Social, pautando-se nos valores éticos para perpassar o senso comum e desvincular das sinuosidades do capital. E tal comprometimento é fruto da construção profissional iniciada na preparação acadêmica, onde o assistente social tem a estrutura básica para inserir-se no cotidiano de intervenção e produzir um perfil, ou melhor, a identidade profissional. Identidade

construída e determinada historicamente, compondo conforme Iamamoto (2011, p. 144):

Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade. (grifos da autora).

Portanto, a pesquisa explicitou de forma incisiva que a formação em Serviço Social está em consonância com o que emana da práxis, tanto por parte dos docentes quanto dos assistentes sociais vinculados à intervenção cotidiana, colaborando para o delineamento da identidade profissional.

Na contemporaneidade, encontra-se o perfil de um profissional de Serviço Social crítico e propositivo, engajado para legitimar os reais anseios da categoria, contrapondo-se a mera lógica mercantil. Mas, exige-se a indissociabilidade entre saber, profissão e realidade, elucidando um trabalho articulado e coletivo para promover a emancipação, democracia e cidadania aos sujeitos sociais, os quais são primazia na práxis.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização da temática A Formação em Serviço Social: caracterizando a identidade profissional, perpassou a historicidade para explicitar a conjuntura contemporânea, demonstrando perspectivas no cenário da Educação e delineamento da construção do Serviço Social no Brasil.

Tal concepção vislumbrou-se de suma importância, uma vez que possibilita aos Assistentes Sociais aprimorar o conhecimento, desenvolvendo uma consciência social crítica para dismantelar os meandros putrefatos do sistema capitalista, bem como instigar estes a permanecer na busca contínua do movimento com a realidade, fundamentando e aprofundando os saberes às “mutações” societárias.

Outra questão coloca-se na viabilidade desta pesquisa para os futuros estudantes de Serviço Social, os quais podem desvelar por meio de dados concretos as expectativas, princípios e diretrizes que norteiam o curso e lhe subsidiam para interação na prática. O arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que configuram a autenticidade e confiabilidade de uma formação qualitativa e comprometida.

Portanto, observou-se que o Serviço Social em sua formação viabiliza um

acervo de instrumentais e aparatos legislativos que abarcam a profissão, para proporcionar uma preparação categórica e determinante. Ou seja, para que o Assistente Social esteja munido tanto teoricamente quanto tecnicamente sempre adquirindo informações às novas práticas, bem como possuindo posicionamento e comprometimento com o Projeto Ético-Político da Profissão.

## REFERÊNCIAS

**ABEPSS.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In Cadernos ABESS nº 07. São Paulo: Cortez, 1997.

**AGUIAR,** Antônio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

**ARANHA,** Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2ed. São Paulo: Moderna, 1996.

**BRASIL.** Constituição Federal, 1988.

**BRASIL.** Lei nº 8.662, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética e dá outras providências.

**BRASIL.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional.

**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.** Serviço Social de olhos abertos para a Educação: ensino público e de qualidade é direito de todos/as. CFESS Manifesta, maio de 2012.

**FALEIROS**, Vicente de Paula. Estratégias em serviço social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

**FREIRE**, Paulo. Pedagogia do oprimido. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

**IAMAMOTO**, Marilda Villela. **CARVALHO**, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**IAMAMOTO**, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**IAMAMOTO**, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**KONDER**, Leandro. O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

**MARTINELLI**, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

**SETUBAL**, Aglair Alencar. Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

**SILVA**, M. Ozanira Silva e. O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

**SOCIEDADE**, Serviço Social &. Serviço Social: memória e história. nº 95. São Paulo: Cortez, 2008.

**SOCIEDADE**, Serviço Social &. Memória do Serviço Social: políticas públicas. nº 96. São Paulo: Cortez, 2008.